



ADUFRJ OFERECE PLANTÃO JURÍDICO ONLINE

Página 6

#OrgulhoDeSerUFRJ



EPIDEMIAS

UMA HISTÓRIA SECULAR E DOLOROSA QUE AJUDA A ENFRENTAR A COVID-19

102 anos e muitas diferenças separam o Brasil castigado pela gripe de espanhola de 1918 do país que hoje enfrenta o coronavírus no meio de uma complexa crise política. No passado, os brasileiros também passaram pela fase de negação da doença, mas sob a liderança de Carlos Chagas, médico e um dos maiores cientistas da história nacional, o Rio de Janeiro criou e implementou um severo protocolo de combate à doença. Hoje, ao contrário do ex-aluno de Oswaldo Cruz, tentamos vencer a pandemia sem liderança e com medidas erráticas. Historiadores e cientistas analisam as diferenças entre os dois períodos e revelam o fundamental papel da Faculdade de Medicina para salvar milhares de cidadãos. **Páginas 3, 4 e 5**

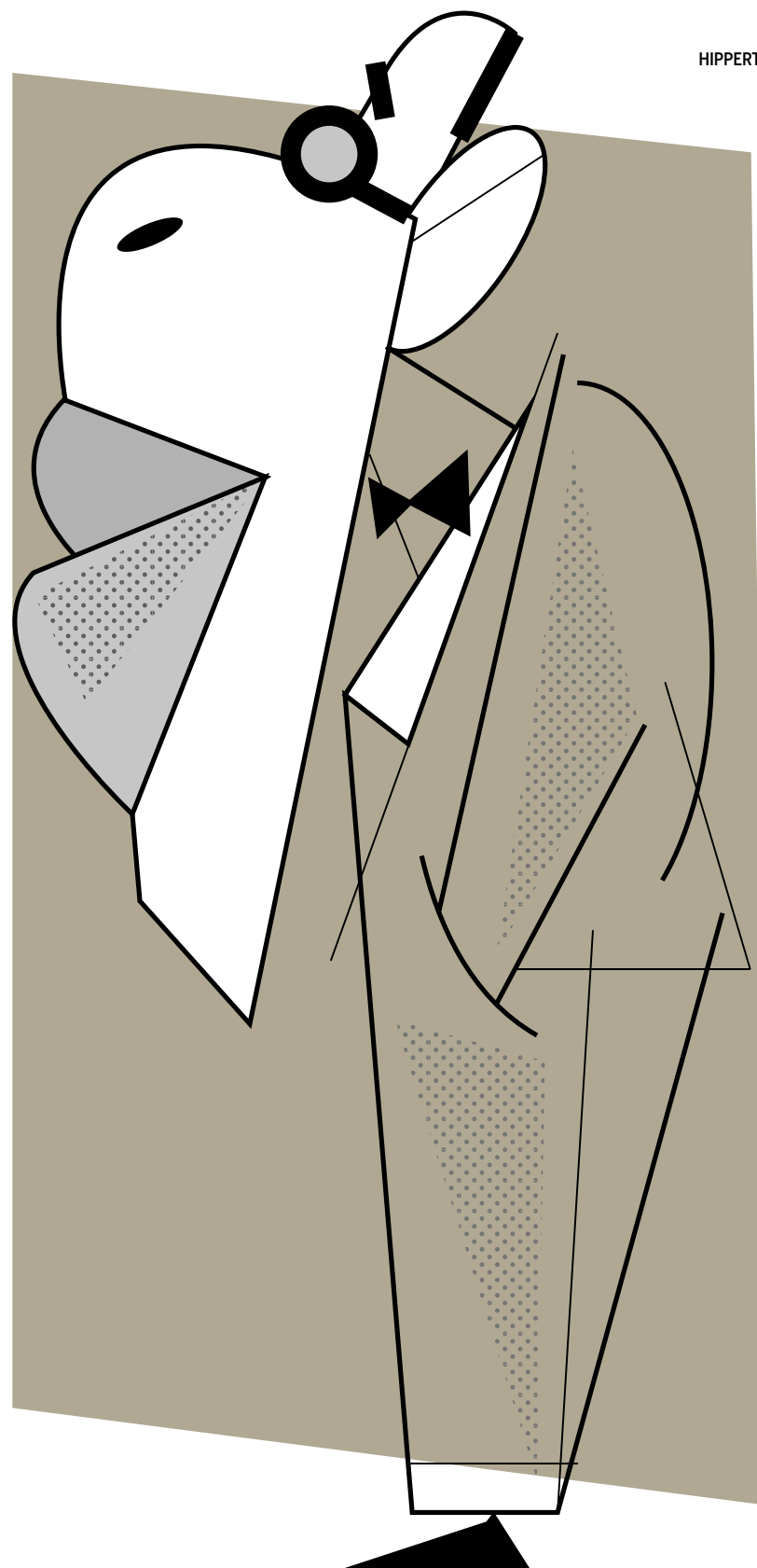
EDITORIAL

O PASSADO É LIÇÃO PARA SE MEDITAR, NÃO PARA SE REPRODUZIR... (MÁRIO DE ANDRADE)

DIRETORIA

Nada tem sido fácil durante essa quarentena. Nossos gestos mais simples estão comprometidos, porque até lavar saco de arroz e feijão nós lavamos. A sensação é unânime de que trabalhamos mais e nos cansamos mais tentando dar conta de todas as tarefas remotas e domésticas. O país mergulhado numa gravíssima pandemia, mas o que ocupou todas as atenções nas últimas 48 horas foi a demissão do Ministro da Justiça. Estávamos com o jornal pronto quando as primeiras notícias começaram a sair. Desculpem-nos, mas foi impossível mudar completamente a edição. Já estamos com o pé na rua e as primeiras análises de conjuntura começam a surgir. Ficarão para a próxima semana, não vamos dar conta disso agora!

Em plena barafunda política, estamos buscando a dimensão histórica do que estamos vivendo com a epidemia da Covid-19. Não há nada parecido que tenhamos vivido recentemente, e o século



HIPPERTT

que nos separa da gripe espanhola transformou de forma tão radical a vida no planeta que fica difícil traçar paralelos, embora eles sejam assombrosamente próximos em muitos aspectos. Todas as formas de sociabilidade que conhecemos se modificaram com o advento da internet, alcançamos um altíssimo grau de internacionalização e simultaneidade de experiências em todo o globo, assim como uma profunda interdependência nos processos econômicos, que são muito mais complexos e diferenciados: ninguém estará a salvo da gravíssima crise que virá, não haverá uma solução isolada. Mas apesar disso, não podemos nos considerar imersos num eterno presente, como se não existissem laços e tessituras históricas que nos permitam refletir e compreender melhor os processos que vivemos no passado e os que devemos enfrentar agora. É disso que trata primordialmente o jornal desta semana. Pensar o presente, mas reconhecendo o legado que recebemos, assim como entender melhor o que já passou graças às experiências que estamos vivendo e ter a dimensão dos desafios que estão sendo colocados agora. Vamos a eles!

IMAGENS DA SEMANA

CHUMBO TROCADO NA DEMISSÃO DE SÉRGIO MORO ISOLA GOVERNO BOLSONARO

■ Sergio Moro é a segunda baixa do governo Bolsonaro em apenas doze dias. O ministro da Justiça sai acusando o presidente da República de querer interferir politicamente na Polícia Federal, o que pode ser interpretado como crime de responsabilidade contra a probidade na administração. O crime pode gerar processo de impeachment. Bolsonaro, por sua vez, em discurso confuso e improvisado, ataca o ex-afeto por negociar a troca no comando da PF depois de sua indicação para o STF. A crise política deixa o governo mais isolado e mais refém da linha dura militar. Ao mesmo tempo em que também fica mais vulnerável à velha política do Centrão.



FOTOS: REPRODUÇÃO

De Carlos Chagas em 1918 ao Brasil sem líder de 2020

>102 anos e muitas diferenças separam a tragédia da gripe espanhola da pandemia de Covid-19. Historiadores mostram que a liderança de Chagas foi fundamental para enfrentar a doença

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

Cidades vazias, pessoas nas ruas com medo de uma doença respiratória que subitamente tomou o planeta, milhares de mortos. A descrição poderia ser atual, mas é de 1918, quando a gripe espanhola se tornou uma pandemia, a primeira e mais mortal do século XX. O mundo hoje é muito diferente, mas existe espaço para comparar as reações e os efeitos da crise gerada pela influenza no Brasil em 1918 com o cenário que o país atravessa hoje.

A gripe espanhola chegou ao Brasil em setembro de 1918, em um navio inglês que aportou em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, cidades que junto com São Paulo foram as mais afetadas pela doença. “Naquela época a circulação de pessoas era muito menor, o que manteve a doença restrita aos principais centros no primeiro momento”, explicou Stefan Cunha Ujvari, infectologista do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, em São Paulo, e autor do livro “Pandemias - a humanidade em risco”. “No Rio de Janeiro, que tinha 1 milhão de habitantes, morreram por volta de 15 mil pessoas, 1,5% da população”, contou.

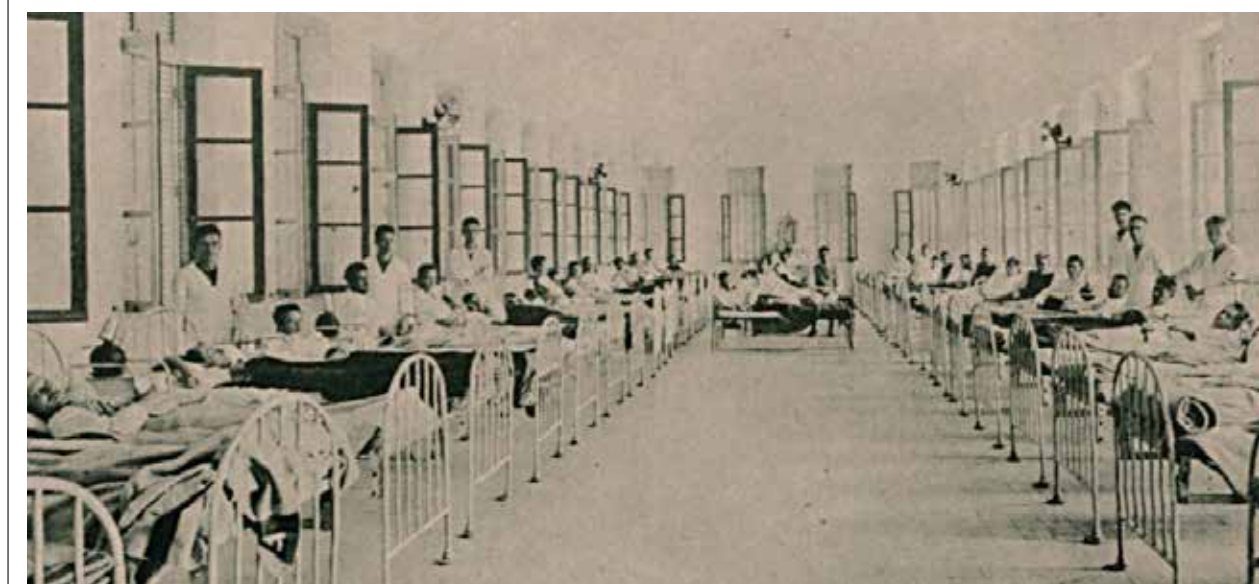
O vírus, do tipo H1N1, muito comum em aves, fez sua primeira vítima no estado norte-americano do Kansas, onde havia bases militares. Os soldados infectados levaram a doença para as trincheiras da Primeira Guerra, onde ela se espalhou. As estimativas são de que a gripe espanhola matou entre 20 milhões e 50 milhões de pessoas no mundo todo.

No Brasil foram aproximadamente 35 mil mortos entre os meses de setembro e novembro de 1918. “No Brasil a doença teve um ciclo de 6 semanas”, contou Ujvari. “Provavelmente houve subnotificação de casos, mas acredita-se que em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo 76% da população ficou doente”, afirmou. Isso explicaria o período curto da epidemia no Brasil. “A duração bate com a nossa expectativa de que as pessoas foram ficando imunes à gripe, então o vírus não encontrou mais gente suscetível”, o que quer dizer que atingimos a chamada imunidade de rebanho. Mas o médico ressalta que, dado o número de mortes, foi “um preço altíssimo”.



FOTOS: ARQUIVO BIBLIOTECA NACIONAL

A PANDEMIA DEIXOU AS RUAS desertas. Detalhe para a Avenida Rio Branco



ENFERMARIA DE HOSPITAL lotada durante a crise. O Rio precisou de cinco hospitais de campanha



OS CAIXÕES DEPOSITADOS no chão às vezes levavam dias para ser sepultados no cemitério do Cajú

Um dos fatores que acelerou o contágio foi a ignorância a respeito da doença. Com pouca informação, o governo e a sociedade não se prepararam para o pior. “Quando a doença chegou ao Rio que viram que ela tinha alastramento e letalidade enormes”, contou o médico. O que seguiu daí foram cenas terríveis. O precário serviço de saúde colapsou, e hospitais não davam conta de atender pacientes, os carros funerários não conseguiam recolher os mortos, e os cemitérios começaram a enterrar as pessoas em valas coletivas. “A quarentena foi muito

mais uma consequência do que uma ação para evitar o contágio. O número de pessoas doentes era tamanho que as ruas começaram a ficar vazias, e quem não estava doente passou a ficar em casa com medo”.

E qual foi o papel do poder público durante a pandemia? A professora Dilene Raimundo do Nascimento, do programa de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Fiocruz explica que a primeira reação do governo foi não agir. “Eu diria que toda epidemia tem uma primeira fase de negação”, explicou. “O diretor geral de

Saúde Pública, Carlos Seidl, tratava a doença como uma gripe comum”. Quando a pandemia começou a empilhar corpos pelas ruas, Seidl foi exonerado e o novo diretor geral, Theophilus Torres, convidou o médico sanitário Carlos Chagas, que era diretor do Instituto Oswaldo Cruz (hoje a Fiocruz), para liderar os esforços contra gripe espanhola.

Chagas abriu hospitais de campanha no Rio e em São Paulo, fechou as escolas, proibiu eventos com aglomerações de pessoas e criou 27 postos de atendimento nas estações de

trem do subúrbio do Rio de Janeiro, região mais afetada da cidade. “Naquela época não existia um equipamento público de saúde, só a Santa Casa, o São Sebastião e o Hospital de Juru-juba”, explicou. “Os esforços necessários para combater a gripe espanhola, e a coação que ela causou nas pessoas, ajudaram a criar, em 1920, a Diretoria Nacional de Saúde” (o Ministério da Saúde seria criado apenas em 1930). “Hoje nós temos o SUS, e há quem ataque o sistema e lute pelo seu fim”, criticou. “Corremos o risco de repetirmos uma situação grave como a de 1918, porque existe uma chamada para romper com o isolamento”.

A historiadora e professora da UFRJ Marialva Barbosa destaca também o papel da imprensa durante a crise. “Com Chagas os jornais começam a publicar na primeira página os protocolos de cuidado, como lavar as mãos, não visitar outras pessoas e se alimentar bem”. Ela ressalta ainda que no debate público da época não houve tanto espaço para o falso dilema entre preservar vidas ou a economia. “Talvez estivéssemos em outro momento civilizatório. Hoje em dia o outro não importa muito, porque estamos muito envolvidos na individualidade, no consumismo e no próprio lucro, o que nos levou a uma insensibilidade que existe essa dicotomia”.



CARLOS CHAGAS

Figura decisiva no combate à pandemia da gripe espanhola, Carlos Chagas é um dos maiores nomes da medicina brasileira. Médico sanitário, infectologista e pesquisador, formou-se na Faculdade de Medicina (hoje parte da UFRJ) e foi aluno de Oswaldo Cruz no Instituto Soroterápico Federal, atual Fiocruz. Oswaldo Cruz morreu um ano antes da gripe espanhola, mas desde cedo despertou no aluno a paixão pela saúde pública. As pesquisas de Chagas sobre a malária e a descoberta da enfermidade que mais tarde ganhou seu nome - doença de Chagas - o colocam entre os mais importantes pesquisadores da sua época no mundo. Seus dois filhos, Evandro e Carlos seguiram carreira na medicina e destacaram-se nos seus campos de pesquisa. Carlos Chagas Filho criou o Instituto de Biofísica da UFRJ, que hoje leva o seu nome.



A CRISE LEVOU o governo a recrutar presos para atuarem como coveiros nos cemitérios do Rio



— Ora, doutor! Mas não há um preservativo contra a “hespanhola”?
— Como não? Há, e excelente: não ler jornais...
Fon-Fon, n. 42, 19 de outubro de 1918, p. 32.

PANDEMIA PODE MUDAR A POLÍTICA?

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Para professores do Instituto de História da UFRJ, a resposta é não. Embora sejam capazes de mexer com a economia e com a vida da população, crises sanitárias, na visão dos historiadores, não têm força para alterar estruturas políticas.

O Brasil de 1918 vivia a República Velha. O poder girava em torno das oligarquias do Sudeste, com alternância entre São Paulo e Minas Gerais. O presidente Rodrigues Alves se preparava para assumir novo mandato na Presidência da República. Mas a gripe espanhola, que chegou nas terras brasileiras em setembro daquele ano, mudaria os rumos da política nacional. O presidente adoeceu em novembro. O vice, Delfim

Moreira, assumiu seu lugar até que Rodrigues Alves pudesse retomar suas atividades. Mas a gripe matou Alves em janeiro de 1919. Novas eleições foram convocadas e Epitácio Pessoa venceu o pleito.

Apesar das peças mexidas no xadrez político nacional, historiadores consideram pequeno ou nulo o impacto da pandemia de 1918 na cena política brasileira. “O que podemos tirar de mais expressivo foi a eleição de Epitácio Pessoa, que era nordestino e, portanto, de fora do eixo Sudeste. Era esta a alternância de poder colocada até então”, pontua a professora Andréa Casa Nova, do Instituto de História da UFRJ.

Outros setores sociais, da classe média e populares, começam a disputar maior presença na cena nacional. Houve algumas greves, como a dos coveiros, por melhores condições de trabalho e salário. Depois de 1918 e toda

a década de 20 que se seguiu, houve movimentações de trabalhadores exigindo mais espaço e representação política. “Mas não podemos afirmar que isto é consequência da gripe espanhola. O início da crise da Primeira República coincide com a gripe, mas também com o fim da Primeira Guerra, que é um acontecimento que mexe efetivamente com as estruturas políticas em todo o mundo”, explica Casa Nova.

O historiador Carlos Fico, também professor do IH e especialista em Brasil República, é mais taxativo. “Não houve uma mudança significativa do campo político. O sistema se manteve exatamente igual na República Velha”, afirma.

Para Fico, a crise sanitária que foi capaz de trazer à cena política novos atores foi a Revolta da Vacina, anos antes, em 1904. “Curiosamente, Rodrigues Alves era o presidente à época. Na-

quele contexto havia uma crise política colocada. Havia uma tentativa de golpe militar. A revolta popular foi usada politicamente e nós temos grande destaque de figuras do campo científico e da saúde. Em 1918 não houve essa efervescência”, compara o historiador.

O professor Marcos Bretas, também do IH-UFRJ, concorda com o colega. “Não houve uma transformação das relações de poder. Como não acho que vá acontecer agora”, afirma. “Uma crise sanitária não é capaz de mudar estruturas políticas”, destaca.

Ele acredita que a gripe espanhola gerou impacto menor para o país, se comparada à atual pandemia do novo coronavírus. “Vivemos uma pandemia no mesmo momento de uma crise política”, justifica. “A universidade, que estava sendo atacada e desacreditada, passa a ter centralidade no debate e

nas medidas de enfrentamento à doença. Mas, todo esse protagonismo não é capaz de mudar o discurso do governo”, analisa o historiador.

Ele também compara o papel político da comunidade científica em relação à gripe espanhola e em relação à Revolta da Vacina. “Em 1918, não havia uma solução, como uma vacina ou um remédio. Os embates na comunidade científica foram, portanto, menos evidentes que na ocasião da Revolta da Vacina. Em 1904, todo aquele caldo foi usado contra o presidente da República. Algo que não aconteceu em 1918”.

Se epidemias do passado não mudaram estruturas políticas, eles tampouco acreditam que a atual crise sanitária poderá ser capaz de modificar a rota do país. “Diante de episódios muito trágicos, há uma congregação no imaginário social de que é necessária uma nova forma de viver. A sociedade passa a afirmar que tudo vai ser diferente. Mas, não é verdade”, defende Carlos Fico.

A crise econômica e social gerada a partir da pandemia, ele acredita, não trará mudanças estruturais. Nem à esquerda, nem mais à direita. “Estamos diante de um governo que é uma mistura explosiva de despreparo e autoritarismo”, diz o docente.

Apesar da tendência autoritária, Fico não acredita em golpe do governo Bolsonaro. “A sociedade tem condições de reagir. Por outro lado, também não haverá maior solidariedade”.

A professora Andréa Casa Nova também não acredita em rupturas no Brasil, mas está reticente em relação ao mundo. “Eu acho que no nosso caso atual não vai mudar nada”. E acrescenta: “Não dá para dizermos o que será, mas se olharmos para as experiências do passado, vemos após a gripe espanhola e o fim da Primeira Guerra a ascensão de governos nacionalistas, fascistas. Vemos o nazismo”, lembra. “Ao invés de as mortes – pela guerra e pela gripe – indicarem um caminho de solidariedade entre os povos, o que aconteceu foi a ascensão do autoritarismo”, finaliza a docente.

CULPAR INIMIGO EXTERNO E NEGAR DOENÇA SE REPETEM

As ciências biomédicas não são as únicas que têm algo a dizer sobre a Covid-19. Uma pequena amostra do potencial da interdisciplinaridade para compreender o fenômeno foi o seminário “O que a história ensina (e não aprendemos) com as pandemias?”, promovido pelo Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, na quarta-feira (15). A sala virtual, com cem lugares, ficou lotada. Outras 150 pessoas chegaram a solicitar participação. O debate pode ser resgatado pelas redes sociais do Instituto (<https://bit.ly/3cD533f>).

“Se você pensar que o labavo surge na arquitetura para que as pessoas tivessem um lugar perto da porta para lavar as

mãos, temos a dimensão da importância dos diferentes conhecimentos para entender os sentidos de uma pandemia”, argumentou Isabel Martins, uma das pesquisadoras do Instituto, em referência à gripe espanhola, de 1918.

Coube aos historiadores Claudio Bertolli (UNESP) e Heloisa Starling (UFMG) segurar a audiência plena até o fim do evento. Missão desempenhada com louvor.

A maior pandemia do século 20, que levou à morte 50 milhões de pessoas no mundo, foi o fio condutor da troca de ideias. “A gente sempre pode colocar perguntas ao passado. Não para repetir as respostas, mas para termos boas ideias

para o presente”, afirmou Heloisa Starling.

Pesquisadora sobre a gripe espanhola em Belo Horizonte, Heloisa destacou algumas semelhanças com a pandemia atual. “Havia uma ideia de que a doença não chegaria”, descreveu. “Os jornais e governos tentaram minimizar o problema. Até que não houve mais jeito”. As reações à determinação do isolamento como medida sanitária também são lembradas: “Bares e restaurantes foram fechados e o transporte de bondes elétricos, desinfetados diariamente. As aulas foram suspensas, inclusive nas quatro faculdades que iriam formar a atual UFMG. E os comerciantes reclamaram demais”.

A solidariedade permite outro paralelo. Entre os exemplos citados pela historiadora está a transformação da Faculdade de Medicina em local para atendimento ao público mais vulnerável, com alistamento de professores e estudantes. Outro, nas redes de doações, impulsionadas, à época, pela igreja católica e associações como as de imigrantes. “O tempo de peste é um tempo de solidão forçada, mas também de compaixão”, avaliou a docente.

Autor da primeira tese sobre a gripe espanhola, no Brasil (publicada em 1986), o historiador Claudio Bertolli, apresentou o curso de desqualificação da doença, como “gripezinha”, o

pesquisador apontou para um bis da narrativa do “inimigo externo”. “Em outras pandemias, os ‘culpados’ foram os espartanos, judeus, alemães. Hoje são os chineses”, exemplificou. “Os idosos viraram fonte de horror público, passando rapidamente de vítimas a disseminadores preferenciais”, criticou ainda sobre novos estigmas.

A oposição entre o discurso científico e a cultura popular foi outro aspecto abordado por pelo professor da Unesp. “Desde meados do século XIX, com o positivismo, a Ciência se apresentou como a grande comandante do progresso não só material, mas intelectual e espiritual”, disse o historiador. **(Elisa Monteiro)**

Faculdade de Medicina lidera ataque contra gripe espanhola

> Professores da instituição que mais tarde virou Universidade do Brasil ajudaram a salvar milhares de doentes em 1918. O atendimento era na Santa Casa e seguia moderno protocolo médico

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Não é de hoje que os professores, médicos e alunos da UFRJ enfrentam uma pandemia. Há mais de 100 anos, a Faculdade de Medicina desempenhou importante papel no combate à gripe espanhola.

“As grandes lideranças médicas desse momento, lembrando que o Rio era a capital federal, eram da Faculdade”, afirma Gisele Sanglard, historiadora e coordenadora da Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

“Sem a faculdade, haveria uma maior mortalidade. Em termos de assistência, os professores e alunos foram fundamentais no enfrentamento da gripe espanhola”, acrescenta o professor Antônio Braga, da Maternidade-Escola da UFRJ e ex-presidente da Sociedade Brasileira de História da Medicina.

Braga alerta que, antes de 1808, quando foi autorizado o curso médico no Brasil, os tratamentos de saúde eram feitos por boticários, que eram farmacêuticos de formação própria, e cirurgiões-barbeiros. Profissionais que, além de cortar o cabelo e de fazer a barba, praticavam a pequena cirurgia da época, isto é, sangrar e aplicar sanguessugas nas feridas.

Claro que a faculdade daquele tempo — que nem fazia parte da universidade ainda — era uma instituição bem diferente dos dias atuais. O curso, com seis anos de duração, funcionava nas dependências da Santa Casa



FACULDADE DE MEDICINA funcionou na Santa Casa de Misericórdia em boa parte de sua história

de Misericórdia, no Centro da cidade.

“A Santa Casa de Misericórdia era o maior hospital voltado para os pobres. Era o único que atendia qualquer pessoa. E gratuitamente aos que não podiam pagar”, relata Gisele. A historiadora da Fiocruz chama atenção para um fato anterior à pandemia e que seria determinante para a criação dos hospitais de campanha da época por Carlos Chagas, formado pela Faculdade de Medicina. “A Misericórdia já estava lotada. É como hoje, onde já está se vendo o esgotamento do sistema de saúde”, diz.

Mesmo contando todos os hospitais da Santa Casa — existiam outras unidades fora da Rua

Santa Luzia —, estima-se que existiam em torno de 900 leitos para uma cidade com quase 1 milhão de habitantes. “Aonde você fosse no Rio de Janeiro, os maiores cargos eram exercidos por professores da Faculdade de Medicina”, informa Gisele. A única exceção seria a Policlínica Geral do Rio. “E os alunos também se engajaram no tratamento dos doentes. E se voluntariavam nas outras unidades de saúde”, acrescenta.

CONTEXTO

Até a deflagração da epidemia, só existiam outras seis faculdades de Medicina em todo o país: a de Salvador (Bahia), duas no Paraná, a do Instituto Hahne-

manniano (fundada em 1912, que se tornará a Escola de Medicina e Cirurgia da UniRio), a de São Paulo, e a de Minas Gerais.

Mas nenhum lugar do mundo estava preparado para algo como a gripe espanhola. Mesmo o qualificado corpo docente da faculdade do Rio, “composto, em sua maioria, por médicos nacionais, advindos das principais Faculdades de Medicina do país, localizadas no Rio de Janeiro e em Salvador”, informa a historiadora Caroline Pritsivelis, mestre em Saúde Perinatal pela Maternidade Escola da UFRJ. “A despeito do currículo do curso de Medicina no início do século passado contar com disciplinas de Microbiologia e

manniano (fundada em 1912, que se tornará a Escola de Medicina e Cirurgia da UniRio), a de São Paulo, e a de Minas Gerais. Mas nenhum lugar do mundo estava preparado para algo como a gripe espanhola. Mesmo o qualificado corpo docente da faculdade do Rio, “composto, em sua maioria, por médicos nacionais, advindos das principais Faculdades de Medicina do país, localizadas no Rio de Janeiro e em Salvador”, informa a historiadora Caroline Pritsivelis, mestre em Saúde Perinatal pela Maternidade Escola da UFRJ. “A despeito do currículo do curso de Medicina no início do século passado contar com disciplinas de Microbiologia e

DE ESCOLA DE CIRURGIA À UNIVERSIDADE DO BRASIL

Durante o período colonial, as universidades eram proibidas no Brasil. Uma das razões era a tentativa de impedir a circulação de ideias que pudessem conduzir à independência. Uma situação que muda radicalmente com a chegada da corte portuguesa, fugindo de Napoleão. O curso médico no Rio de Janeiro foi inaugurado como Escola Anatómica, Cirúrgica e Médica, em 1808. Sua sede inaugural foi o Hospital Real Militar e Ultramar que funcionava no Morro do Castelo. Em 1º de abril de 1813, uma série de reformas modifica não apenas

o nome da Instituição, agora Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro, mas amplia as instalações do curso, que passam a contar com três salas na Santa Casa da Misericórdia. D. Pedro II, em 1854, inaugura o Pavilhão Novo, com 11 novas enfermarias. A melhoria estimulou a mudança da Direção da Faculdade de Medicina, em 1856, para o prédio do Recolhimento de Órfãos da Irmandade da Misericórdia, vizinho ao Hospital Geral.

Sob um regime didático mais organizado, em melhoradas instalações, não tardaram a

surgir conflitos entre a direção da Misericórdia e a Faculdade de Medicina. O que se agravou com a vinda das irmãs vicentinas, em 1852, com funções não apenas administrativas, como também técnicas, para as quais não tinham a mínima formação. Isso não agradava aos professores, muito menos aos alunos, que eram permanentemente tolhidos em seu processo de aprendizagem.

A falta de acordo entre a Provedoria da Irmandade da Misericórdia e a Congregação da Faculdade de Medicina, desde os meados do século XIX, provoca-

va a necessidade de construção de uma sede independente para o curso.

O local escolhido para a empreitada seria um terreno pertencente à própria Santa Casa, na vizinhança do Hospício de Pedro II (atual Palácio Universitário, no campus da Praia Vermelha). Em 12 de outubro de 1918, foi inaugurado o prédio para abrigar a já centenária escola médica do Rio de Janeiro, na Praia Vermelha. Estavam presentes o Presidente da República Wenceslau Braz e altas autoridades da Administração Pública.

A Faculdade de Medicina funcionou como escola isolada até 7 de setembro de 1920, quando foi criada, por Decreto, a Universidade. Em 1965, a Universidade do Brasil passou a ser denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e, em 1973, foi determinada a transferência da Faculdade de Medicina para o Campus da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, onde se encontra atualmente.

(com informações do professor Antônio Braga, da historiadora Caroline Pritsivelis e do site da Faculdade)

Higiene, esses conhecimentos ainda eram muito incipientes”, completa Caroline.

A faculdade sequer contava com um periódico próprio. O principal jornal da área no Brasil era o “Brazil-Médico”, criado pelo grupo da Policlínica Geral do Rio de Janeiro. “A pesquisa na época era muito rudimentar”, explica o professor Braga.

DEPOIS DA PANDEMIA

Para Gisele, uma das consequências pós-pandemia de 1918 é a vitória do discurso de que a saúde pública não poderia ser apenas uma preocupação de governantes locais. “Não adiantava o federalismo trazido pela Constituição de 1891. De modo geral, a saúde pública sempre foi uma questão estratégica dos governos centrais”, avalia a pesquisadora da Fiocruz.

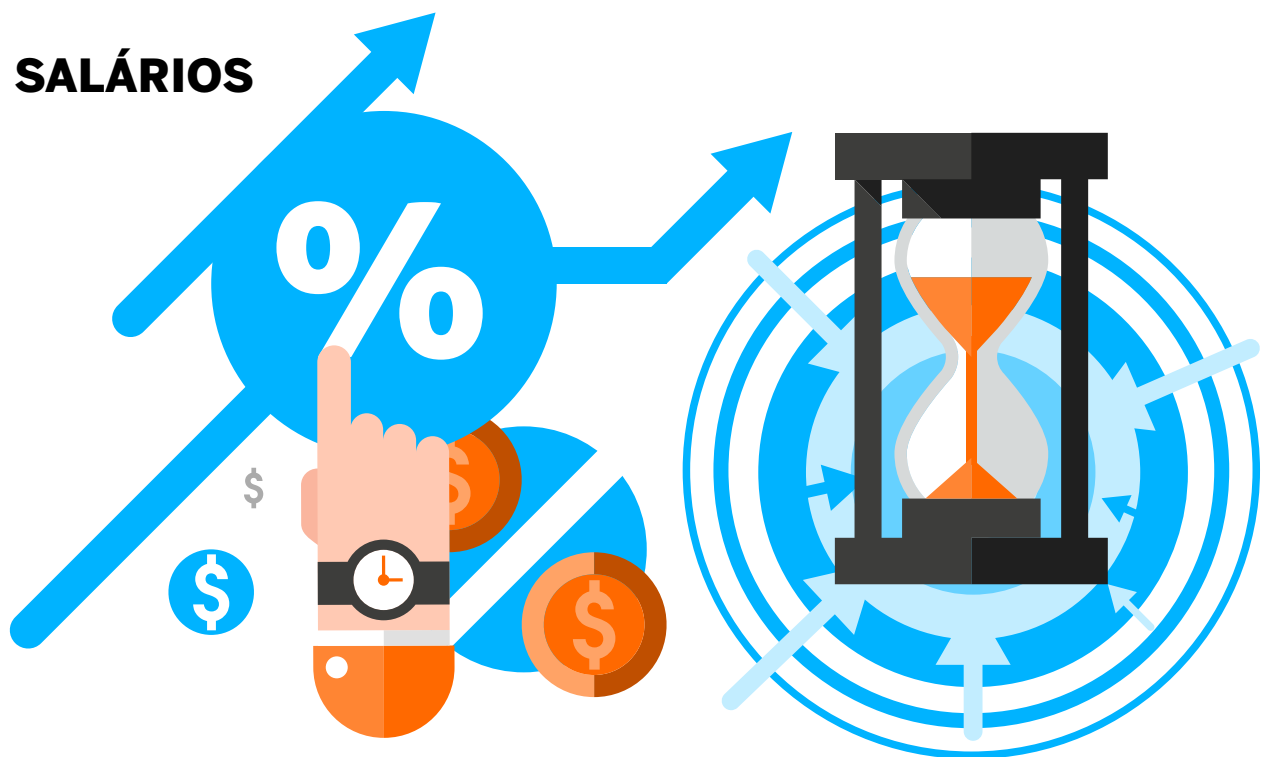
Outro desdobramento, para a historiadora da Fiocruz, é um movimento muito grande pela criação de faculdades de Medicina. “Você precisa desse espaço, que não é só da prática médica, mas de espaço de reflexão do conhecimento médico, que se reflete na prática”.

O professor Antônio Braga segue a mesma linha da pesquisadora da Fiocruz: “Nós não tínhamos no Brasil um Ministério da Saúde. Nossos políticos percebem que é importante ter um Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), que foi chefiado por Carlos Chagas, e seria o embrião do ministério”.

Para Braga, o grande legado da Covid-19 para o Brasil é o mesmo da gripe espanhola: necessidade de valorização da saúde pública. “E isso, hoje, é valorizar o Sistema Único de Saúde (SUS)”.

AdUFRJ NA QUARENTENA

SALÁRIOS



APOSENTADOS COMEÇAM A RECEBER TITULAÇÃO DE MARÇO E FEVEREIRO

Na última folha, foi possível regularizar plenamente a situação de 30 professores. Outros 32 recuperaram a Retribuição por Titulação (RT) referente a março, mas ficaram sem a RT de fevereiro. Cinco docentes seguiram com pendências para os dois meses. Os processos de aposentadoria dos 37 docentes que ainda possuem pendências foram desarquivados e estão sendo revistos pela Divisão de Aposentados, com previsão de acerto na folha de maio, informou a Pró-reitoria de Pessoal.

SOLIDARIEDADE

DOAÇÕES MAIS RECENTES AJUDAM LABORATÓRIO DE VIROLOGIA E CAP

Ajuda aos mais vulneráveis, aparelhamento dos hospitais da universidade e apoio à pesquisa. Desde o início da pandemia, a AdUFRJ busca atuar em todas as frentes de combate ao novo coronavírus. E sempre com o compromisso de operar em conjunto com iniciativas que já estejam em andamento. “Nós não temos uma campanha só nossa. Temos uma proposta de ação articulada com todas as campanhas”, resume a presidente da associação docente, professora Eleonora Ziller. Uma das mais recentes doações da AdUFRJ foi para o Laboratório de Virologia Molecular, vinculado ao Instituto de Biologia. O espaço tem se destacado no Rio de Janeiro com a realização dos testes mais precisos para detecção do vírus. São R\$ 25 mil em luvas, agulhas para coleta, tubos para sangue e soro e máscaras cirúrgicas. A entrega ocorreu nesta sexta (24). “Estamos contribuindo para que eles possam manter o trabalho no nível mais alto que puderem”, destaca o professor Felipe Rosa, vice-presidente da associação. Também nesta sexta (24), foram distribuídas 100 cestas básicas para funcionários terceirizados e famílias de alunos carentes do Colégio de Aplicação. Marcelo Campello, docente do Setor de



FOTOS: ALESSANDRO COSTA

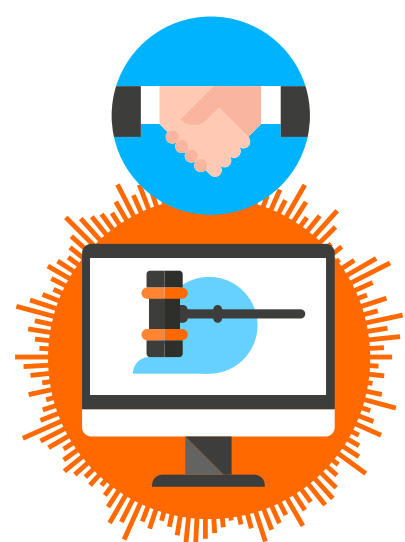
Geografia do CAP, que participou da distribuição, destacou que a iniciativa para arrecadação de cestas partiu de vários colegas. “Essa corrente pensou não só nos trabalhadores, mas em seus familiares. A gente agradece muito ao sindicato”, disse. Também docente da Geografia, Rafael Arosa reforçou a importância da ajuda para os estudantes: “Temos cada vez mais alunos de famílias de origem popular, que passam por dificuldades maiores durante a pandemia. O perfil do alunado do



AdUFRJ contribuiu com 100 cestas básicas para CAP

PLANTÃO ONLINE

ADUFRJ FAZ PLANTÃO JURÍDICO PELO ZOOM



A AdUFRJ está oferecendo atendimento jurídico virtual para todos os sindicalizados. Os encontros serão a partir da próxima terça-feira, dia 28 de abril. O atendimento será realizado sempre às terças-feiras, por

meio virtual, enquanto durar a suspensão das aulas.

A iniciativa foi muito recebida pelos docentes - até o fechamento da edição quase todas as vagas para 28 de abril já haviam sido preenchidas.

O atendimento será feito pelo aplicativo Zoom, entre 8h e 11h30. Se você ainda não conhece o aplicativo, acesse www.zoom.com e instale em seu computador ou celular gratuitamente.

Para agendar um horário, envie email para beline@adufjr.org.br ou mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672. Você receberá o link para participar no número informado. No horário marcado é só clicar no link e entrar na sala de reunião

SEXTOU!

ESTRATÉGIA DE BOLSONARO É GOVERNAR PARA 1/3

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufjr.org.br

O atual presidente rompeu com a tradição da democracia brasileira de negociação com os poderes constituídos e os diversos setores da sociedade. Em vez disso, usa o seu terço consolidado do eleitorado brasileiro para exercer uma governabilidade de pressão, baseada no potencial competitivo de seu nome para o segundo turno de 2022. No entanto, a crise coronavírus desestabilizou o tabuleiro político.

Josué Medeiros, professor do IFCS, conduziu o bate-papo virtual do #Sextou - Tamo Junto, no dia 17, e avaliou que “2022 está em xeque. A pandemia inviabiliza a estratégia bolsonarista”. Cerca de trinta docentes participaram da atividade.

Uma pesquisa conduzida por alunos do curso de Ciências Sociais ligados ao Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (NUDEB/IFCS) subsidiou o debate. Durante o primeiro mês de isolamento social, foram observadas as reações de diferentes atores e instituições da política brasileira ao decreto de pandemia feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O leque de estudos abrangeu desde os principais ministros do governo e membros influentes do Congresso até agentes da mídia, empresários e os movimentos sociais, passando pelo Supremo Tribunal Federal e governadores. Para o diretor da AdUFRJ - que juntamente com o Prof. Pedro Lima (IFCS), coordenou o trabalho - o resultado mais importan-

te é o risco de um autogolpe. “A popularidade do presidente está caindo. Os dados mostram que hoje 23% consideram o governo muito bom. Em fevereiro, eram 29%. Já os que avaliam a gestão ruim subiram de 38% para 43%. O que Bolsonaro fará se não conseguir levar a cabo sua estratégia para 2022?”, questionou o docente.

Josué alertou ainda que a crise sanitária e econômica acelera as disputas colocadas desde 2019, e radicaliza as respostas do poder central. “Bolsonaro já mostrou que não pretende recuar”, argumentou. “O presidente está sempre dobrando as apostas, demitindo o Ministro da Saúde no meio da pandemia, atacando os governadores, o Congresso e

o Supremo. Sua expectativa é de pressionar as instituições até o limite para ter justificativas para um autogolpe”.

A base das reflexões apresentadas pode ser conferida em treze pequenos textos que estão disponíveis na rede do Núcleo de Estudos sobre a Democracia Brasileira (NUDEB) (<https://nudebufjr.com/>).

SUCESSÃO E UNIVERSIDADE

A estabilidade do governo foi destacada por boa parte das falas dos professores que participaram do debate virtual. Enquanto muitos expressaram ceticismo em relação à possibilidade de um golpe não institucional, alguns demonstraram descontentamento mesmo com um impea-

chment. “Se sai Bolsonaro entra Mourão. Qual o sentido disso?”, questionou o professor do Instituto de Física, Nelson Braga. “Para ganhar a eleição será preciso envolver o máximo de pessoas possível”, avaliou.

Mas também houve opiniões divergentes sobre a capacidade do governo de manter a sua base. “A crise terá um impacto sobre a base de apoio do governo porque agora se trata de uma questão que toca diretamente a vida da população”, argumentou Maria Paula Araújo, do Instituto de História. “Bolsonaro não vai abrir mão de seu ponto de vista em relação ao isolamento e, infelizmente, vai ser uma tragédia. E ele não vai conseguir se reorganizar depois disso e caminha para

um abismo”, concluiu.

O papel crítico da universidade dominou outro bloco de intervenções. E a inspiração foi o anúncio de recentíssima dança das cadeiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A nomeação do ex-reitor da Universidade Federal de Viçosa, Evaldo Ferreira Vilela, para o cargo de presidente da agência, na própria sexta-feira (17), foi considerada um aceno para a comunidade científica. “É um nome técnico, com currículo na Academia Brasileira de Ciências”, frisou Pedro Lagerblad, diretor da AdUFRJ. “Pode expressar um esforço para neutralizar opiniões críticas”, acrescentou em seguida.



JOSÉ ROBERTO DA SILVA
Professor do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade Nupem/Macacé

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

O professor José Roberto da Silva, do Nupem/Macacé, falou ao Pílulas Antimonotonía sobre sua rotina na quarentena, com o filho com Síndrome de Down. Ele dá dicas para mães e pais passarem por esse período de afastamento social com o menor impacto possível para os filhos com necessidades específicas. Uma das principais indicações do docente é para que os horários das atividades das crianças não sejam alterados. “Se for possível até vestir o uniforme da escola, para indicar que aquele é o momento das atividades”, afirma o docente. O vídeo na íntegra está na TV AdUFRJ, nosso canal no Youtube: youtube.com/adufjr.

“SE FOR POSSÍVEL ATÉ VESTIR O UNIFORME DA ESCOLA, PARA INDICAR QUE AQUELE É O MOMENTO DAS ATIVIDADES”

TENTE MANTER UMA ROTINA de horário de dormir, horário de acordar. Ao acordar, que eles possam fazer as suas atividades o mais próximo possível da rotina que eles tinham antes da quarentena. Se possível até com o uniforme escolar.

UMA GRANDE PREOCUPAÇÃO É COM CRIANÇAS que têm dificuldades de comunicação. É preciso usar das formas mais lúdicas possíveis lavando as mãos juntos, mostrando a importância deste gesto e do distanciamento social.

APROVEITE PARA ESTAR JUNTO: jogar juntos, assistir a um filme juntos. Como todos deixaram de fazer atividades fora, mostre que é possível fazer coisas que gerem prazer em família.

USE A TECNOLOGIA para manter a criança em contato com familiares queridos, com colegas da escola. E para apoio e orientação, no caso de crianças que fazem terapias específicas.

QUAR@NTENADOS

O texto do professor Felipe Rosa, do Instituto de Física, e da designer instrucional Bruna Werneck, da Fundação Cecierj, é o segundo desta seção criada para acolher artigos de docentes sobre temas relacionados à quarentena. A diretoria abriu este canal a partir das reuniões do Conselho de Representantes. Os interessados devem escrever para comunica@adufrrj.org.br



Artigo

FELIPE ROSA E BRUNA WERNECK

QUEM SABE FAZ A HORA... OU ESPERA ACONTECER

Estamos diante do desafio de uma geração. À medida que o novo coronavírus se consolida como a mais grave crise sanitária global desde a gripe espanhola, as populações assoladas pela COVID-19 são obrigadas a mudar radicalmente seu estilo de vida: distanciamento social, confinamento residencial, rotinas intensas de limpeza e desinfecção, máscaras no rosto etc. Mas talvez o efeito mais duradouro da pandemia seja o aumento da nossa presença na internet: um breve passeio pela rede mostra que há *lives* para todos os gostos e interesses, pululam os aplicativos de videoconferência (vários dos quais nunca havíamos ouvido falar até poucas semanas atrás), e basta um dedo de prosa no proverbial zap para escutar as diversas soluções de teletrabalho que empresas e pessoas vêm adotando. Relacionado a esse último tópico, há um assunto espinhoso que a Universidade brasileira até colocou a barraca na areia, pôs os pés na água, mas não mergulhou. Só que o coronavírus levantou a maré repentinamente, e agora vamos ter que nos pôr todos a nadar... ou melhor, a navegar os percalços e benefícios da Educação a Distância.

Bom, retrocedamos um pouco. O ensino a distância de nível superior existe formalmente desde o século XIX – os famosos cursos por correspondência – e na virada do século XX já atendia a dezenas de milhares de alunos no mundo inteiro. No Brasil tínhamos a Nova Universidade do Ar desde o pós-guerra, com suas aulas (em hora marcada) pelo rádio, e depois de maciça expansão da educação a distância de 1º e 2º graus a partir dos anos 60, vimos um movimento similar bem mais recente no nível superior, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e de experiências regionais consolidadas, como o Consórcio CEDERJ no Rio de Janeiro. Ou seja, nossa educação a distância não é propriamente uma novidade. No entanto, qualquer um que esteja sintonizado no humor das universidades e do movimento docente percebe um palpável desconforto sobre o assunto, uma mistura de voluntarismo, resistência, inquietação e perplexidade. Por que será?

No pano de fundo, temos a divisão do sistema universitário no Brasil entre as redes pública e privada. Não obstante sejam as universidades públicas aquelas de maior prestígio, com melhores índices de pesquisa e inserção mais eficiente no mercado de trabalho, a



maior parte das matrículas – 80% – se encontra na rede privada. Na modalidade a distância, o desequilíbrio de matrículas é ainda maior: 98% dos estudantes de encontram na rede privada. Isso representa mais da metade de todas as matrículas na rede privada, e metade dessas concentradas em apenas 5 instituições. Com a interrupção abrupta das atividades presenciais devido à pandemia, grande parte das universidades privadas se viu esmagada pela relação de clientelismo que estabeleceu com seus alunos: pela própria sobrevivência, precisam continuar “realizando entregas” para continuar cobrando mensalidades.

A solução encontrada foi simplesmente migrar todos os alunos da modalidade presencial para a distância, estabelecendo então um padrão que passa a ser cobrado das universidades públicas.

Há, entretanto, diversos problemas nesse “padrão”. O primeiro deles é desconsiderar as condições de acesso dos alunos, pois mesmo em universidades onde existe uma cultura institucional de cursos online, há uma gama não desprezível de alunos simplesmente sem condições materiais de migrar para a EaD. O segundo,

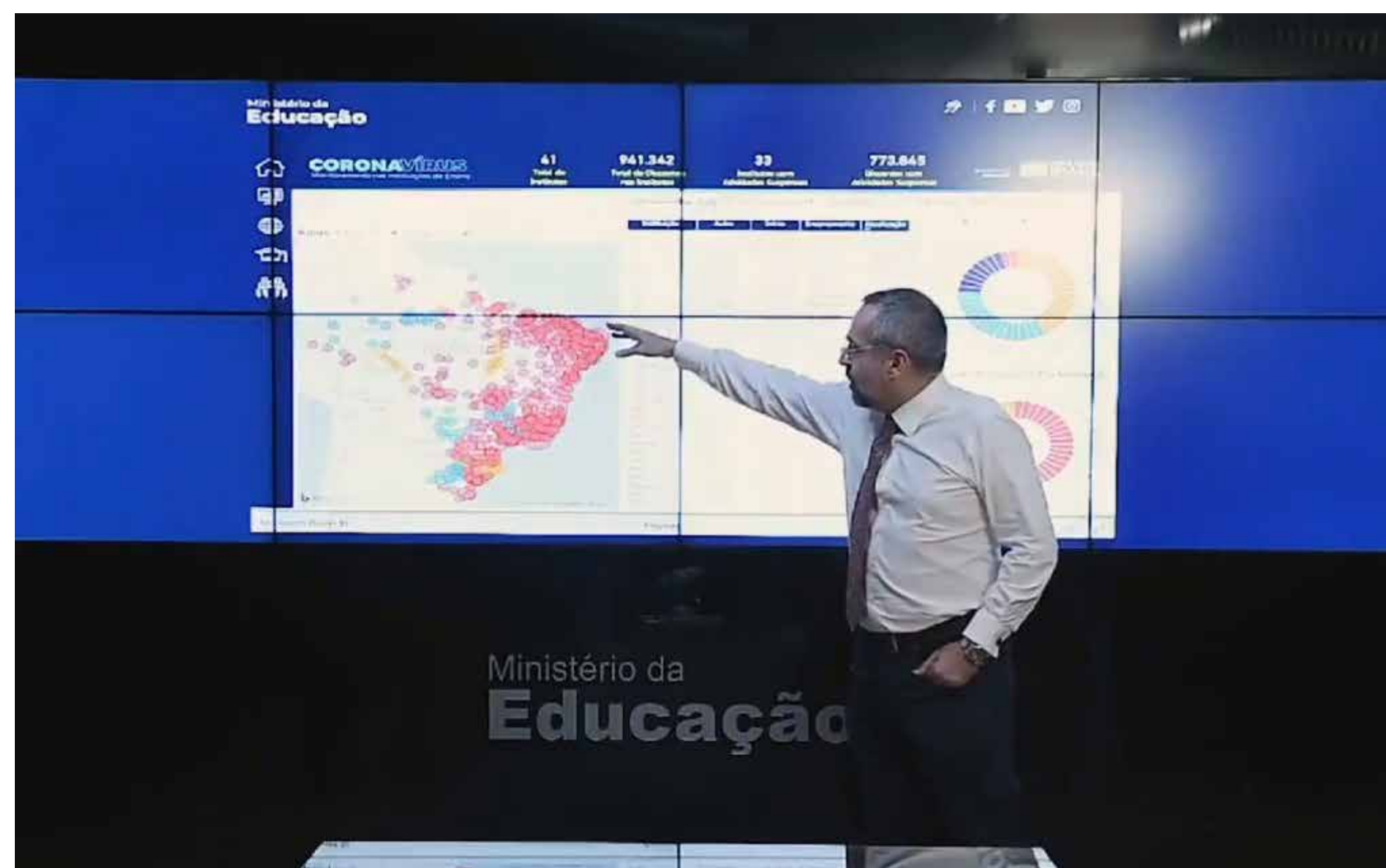
ainda mais grave, aparece ao olharmos a qualidade da educação que vem sendo ofertada nessas instituições. No Enade de 2019, apenas 3,3% dos cursos da rede privada obtiveram o grau máximo, enquanto o índice na rede pública foi de 20,3%.

Não há, portanto, qualquer razoabilidade em se aceitar o padrão estipulado por instituições que oferecem ensino de qualidade pior. No entanto – e não temos como enfatizar isso o suficiente – tampouco é razoável que nos contemos em esperar passar o período de distanciamento social para oferecermos oportunidades de crescimento e desenvolvimento aos nossos estudantes. Há um consenso entre os especialistas da saúde de que a presente situação excepcional ainda vai durar muitos meses, talvez anos, ao menos de forma intermitente. É urgente, então, que avancemos o debate sobre como viver – e isso inclui educar – em distanciamento social.

A Universidade brasileira se estrutura a partir de um tripé: ensino, pesquisa e extensão. Se a retomada de aulas regulares é inadequada nas condições atuais, devemos ao máximo nos organizar em torno de projetos de pesquisa, de exten-

são, grupos de estudos ou atividades complementares. É preciso, no limite das nossas possibilidades, mapear todos os alunos de cada unidade para nos certificarmos sobre seu bem-estar e suas possibilidades de engajamento em alguma das atividades. Já vemos esforços nesse sentido, nos institutos diretamente envolvidos no combate à Covid-19. Mesmo alunos com mais dificuldade de acesso à internet podem ter interesse e condições de se envolver em atividades assíncronas, que envolvam apenas a conexão esporádica. Urge que “saíamos da caixinha”, que reajustemos nossas formalidades e estruturas burocráticas, assim como outros setores da sociedade estão fazendo.

Enfim, precisamos fazer o que sabemos fazer. Se a Universidade pública, que esteve sob severo ataque nos últimos anos, não cumprir o seu papel de encontrar caminhos nesses tempos difíceis de pandemia, será cobrada da sociedade no futuro. Estamos diante do desafio de uma geração, e não podemos nos esquivar do nosso dever e responsabilidade nessa provação.



Weintraub e os ataques às universidades

Ministro pressiona instituições para retomarem as aulas, fazendo chantagem e ignorando as dificuldades para a produção de uma EAD de qualidade

REDAÇÃO
comunica@adufrrj.org.br

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, publicou em seu Twitter um vídeo mostrando o acompanhamento feito pelo MEC das atividades de 110 universidades e institutos federais, durante a pandemia. Após mencionar algumas ações contra o coronavírus, Weintraub utilizou a parte final do programa publicado no dia 20 de abril para atacar as instituições que não retomaram as aulas, de

forma remota ou presencial. Em um mapa do país, as universidades que não retomaram os cursos de graduação apareciam como pontos vermelhos. Weintraub faz piada dizendo que “vai sumir esse vermelho aqui em mais uma ou duas semanas”. Mais uma piada ideológica de um ministro que está mais preocupado em criar polêmica no Twitter do que em fazer o ministério funcionar. Detalhe: a cor das instituições com aulas suspensas mudou para lilás.

O vídeo faz parte de uma chantagem que Weintraub tem feito com as universidades, dizendo que vai dar mais recursos para as instituições que aderirem ao ensino remoto. Foi o que postou em resposta a um questionamento



“vai sumir esse vermelho aqui em mais uma ou duas semanas”.

“As que estão dando aulas receberão mais recursos e serão premiadas. Há joio e há trigo...”

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro da Educação

sobre o calendário do Enem. “As que estão dando aulas receberão mais recursos e serão premiadas. Há joio e há trigo...”, disse. E ainda estimulou estudantes a pressionarem reitores e diretores por cursos a distância.

O ministro mostra desconhecimento em relação às dificuldades de produzir uma educação a distância de qualidade. Em edição anterior do Jornal da AdUFRJ, uma designer instrucional da Fundação Cecierj afirmou que não se cria o conteúdo de uma disciplina online em menos de quatro meses. E isso em condições normais, claro.

A UFRJ era um ponto vermelho, agora lilás, no mapa. É conveniente para o ministro esconder que a universidade não só não parou, como está na linha de frente do combate à pandemia. O Laboratório de Virologia Molecular está tentando pacientes com suspeitas de Covid-19, um laboratório da Coppe elaborou e está produzindo máscaras para a proteção individual de profissionais de saúde. Várias unidades produzem milhares de litros de álcool em gel, que está sendo distribuído de graça para hospitais públicos.

PIADA DE MAU GOSTO

O desastre que Weintraub representa no Twitter não acabou aí. No dia 23, zombou da morte de uma vítima do coronavírus que era sogra de um médico. Mesmo torpedado por críticas de todos os lados, não pediu desculpas nem apagou a postagem. Até a deputada estadual Janaina Paschoal, do PSL, mandou o ministro calar a boca: “Toma vergonha na cara e respeita um pouco as pessoas!”, disse.

NOTAS

WEINTRAUB BLOQUEIA PERFIL DA ADUFRJ EM REDE SOCIAL

Abraham Weintraub não aguentou as críticas divulgadas pela AdUFRJ. O perfil do sindicato foi bloqueado no Twitter do ministro. A gota d'água parece ter sido o tuitaço “descomemorativo” de um ano de gestão, em 9 de abril, promovido pelo Observatório do Conhecimento – rede de associações docentes criada para defender a universidade pública. Durante a ação virtual, foram divulgados cards com as “realizações” do ministro, como “O pior Enem da história”, e a hashtag #ForaWeintraub.

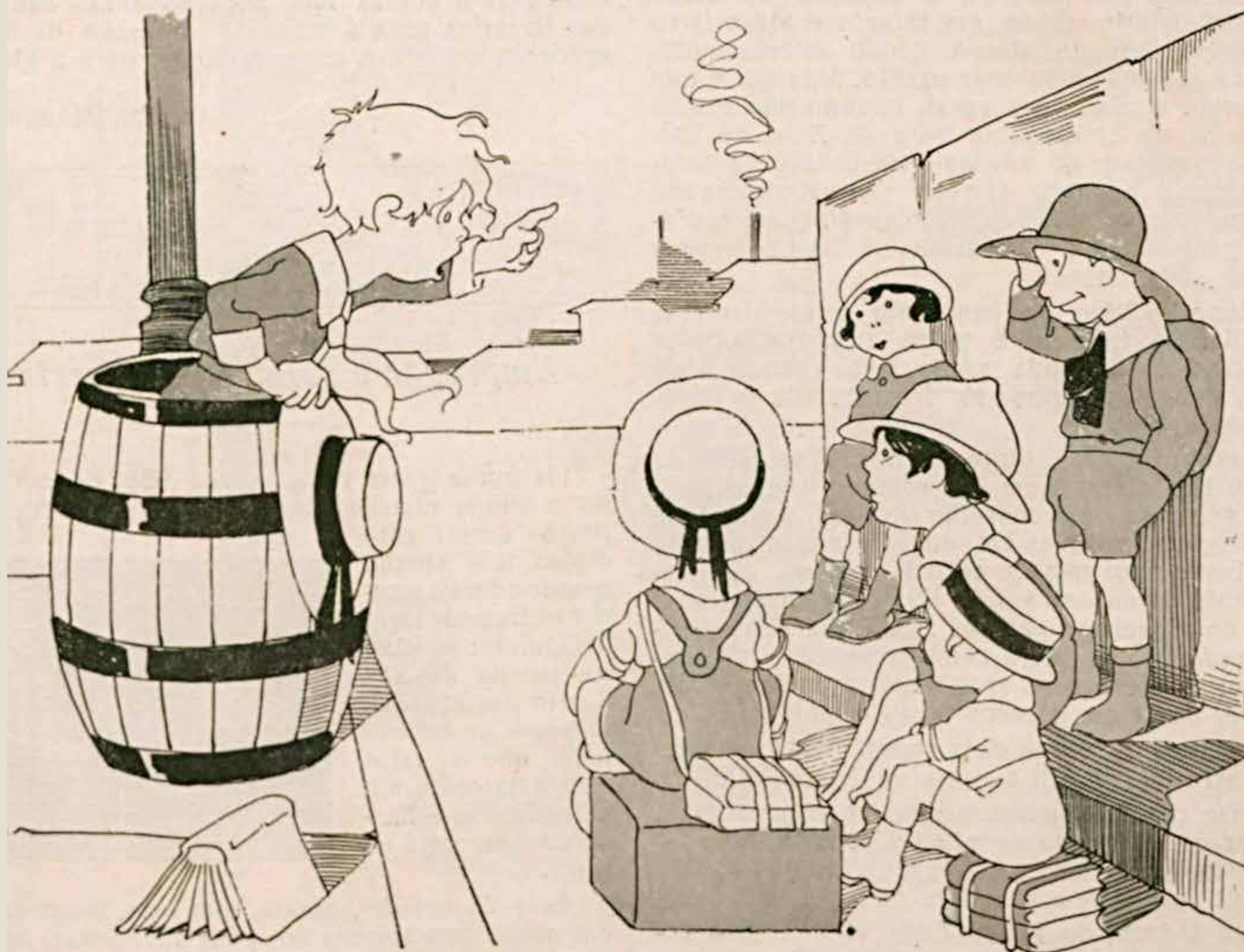


DIRETORA DA CAPES PEDE DEMISSÃO POR DIVERGIR DE MINISTRO

A professora Sônia Bão pediu demissão da diretoria de Avaliação da Capes, cargo que ocupava desde o governo de Michel Temer. O motivo seriam divergências com o ministro Abraham Weintraub. Questionada, a agência de fomento disse que a professora pediu demissão por motivos pessoais. A atuação da docente contava com o respaldo da comunidade científica. No dia 20, os 49 coordenadores de áreas da Capes manifestaram preocupação com os rumos da política de avaliação dos programas.

MEC SUSTENTA DATA DE PROVA IMPRESSA DO ENEM 2020

Em uma situação de pandemia, com as aulas suspensas em todo o país, o bom senso aponta para o adiamento das provas do Enem 2020. Mas nem com uma decisão da Justiça Federal cobrando a readequação do calendário à realidade do ano letivo, Weintraub se curva ao óbvio. O MEC já informou que vai recorrer da decisão. As datas do Enem regular, com as provas impressas, estão mantidas para 1º e 8 de novembro. O ministério só postergou o cronograma do Enem digital, de outubro para novembro.



— Viva a «hespanhola» ! Nos deu uma semana inteira de feriados !

#FIQUEEMCASA E SIGA A AdUFRJ NAS REDES

Jornal semanal com dez páginas, dois vídeos por semana na TV AdUFRJ, presença diária em todas as redes sociais. A Comunicação da AdUFRJ não parou de produzir conteúdo de qualidade durante a quarentena. Para ampliar o alcance de nosso material precisamos do seu apoio, compartilhando, comentando, dando sugestões e criticando.

Mas, para acessar tudo isso com a máxima rapidez, é importante estar com o email atualizado junto à secretaria do sindicato. Basta enviar uma mensagem para adufjr@adufjr.org.br. Para receber o jornal via Whatsapp, salve o número (21) 99365-4514 nos contatos do seu celular; e preencha seu nome e telefone no formulário eletrônico disponível no rodapé do email em que a edição é distribuída.

Siga a AdUFRJ nas redes !